



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
GERÊNCIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

ANEXO III

ATANº 008/2020 DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS
E MATEMÁTICA
DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às dezenove horas e trinta minutos, reuniram-se de forma virtual síncrona, orientadora, discente e membros da banca, onde teve lugar a apresentação do TRABALHO DE CONCLUSÃO (TC), em sessão pública, como requisito de conclusão do Curso de Especialização em Ensino de Ciências e Matemática. O Trabalho teve o título: DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM UM CENTRO DE ENSINO EM PERÍODO INTEGRAL (CEPI) DO ESTADO DE GOIÁS. Foi defendido pela discente **CAROLINE PÂMELA FERREIRA DRIGO**, matrícula nº 20182PPGECM0055. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores, assim identificados:

Nome	Membros	Nota do Trabalho Escrito	Nota da Apresentação Oral	Média
Profa. Dra. Michelle Castro Lima	Presidente	9	10	9,5
Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano	Membro	9	10	9,5
Profa. Msc. Ana Lúcia Ribeiro do Nascimento	Membro	9	10	9,5
Nota Final (média aritmética das notas finais dos 03 avaliadores)				

Após a apresentação, o(a) discente foi arguido pela banca examinadora e o Trabalho de Conclusão, foi considerado:

() Reprovado.

(X) Aprovado com nota: 9,5

() Aprovado com nota: _____ e com ressalvas para correção.

Morrinhos, 11 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA – MEMBROS

Profa. Dra. Michelle Castro Lima – Orientadora/Presidente

Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano - Membro

Profa. Msc. Ana Lúcia Ribeiro do Nascimento – Membro

Assinatura do (a) discente pós-graduando: _____



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- Tese Artigo Científico
 Dissertação Capítulo de Livro
 Monografia – Especialização Livro
 TCC - Graduação Trabalho Apresentado em Evento
 Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____

Nome Completo do Autor: Caroline Pâmella Ferreira Drigo

Matrícula: 20182PPGECM0055

Título do Trabalho: Desafios da organização do trabalho pedagógico durante a pandemia de COVID-19 em um Centro de Ensino em Período Integral (CEPI) do estado de Goiás

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 01/03/2021

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não
O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Morrinhos, 01/03/2021.
Local Data

Caroline Pâmella F. Drigo

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Alima

Assinatura do(a) orientador(a)

*Desafios da organização do trabalho pedagógico durante a pandemia de COVID-19
em um Centro de Ensino em Período Integral (CEPI) do estado de Goiás*

Caroline Pâmella Ferreira Drigo, Michelle Castro Lima

Resumo: No ano de 2020 o mundo foi surpreendido pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Os impactos são imensuráveis em todo o planeta e diversos setores da sociedade estão sendo afetados, dentre eles o econômico, o político, o da saúde e, especialmente, o da educação. O ensino remoto foi a alternativa encontrada pelos governantes para continuar o ensino de mais de 36 milhões de alunos matriculados no ensino básico no Brasil nas redes estaduais e municipais. Em meio à pandemia, houve a necessidade de a escola reorganizar o trabalho pedagógico a fim de atender às necessidades de cada aluno e essa tarefa foi árdua, pois as resistências ao uso das tecnologias eram muitas, tanto do gestor, coordenadores e professores, quanto de alunos e família.

Palavras-chave: Organização escolar; Trabalho pedagógico; Pandemia de COVID-19.

Abstract: In the year 2020 the world was surprised by the pandemic of the new Coronavirus (COVID-19). The impacts are immeasurable across the planet and various sectors of society are being affected, including the economic, political, health and, especially, education. Remote education was the alternative found by government officials to continue teaching more than 36 million students enrolled in basic education in Brazil in state and municipal networks. In the midst of the pandemic, there was a need for the school to reorganize the pedagogical work in order to meet the needs of each student and this task was arduous, as the resistance to the use of technologies was many, both by the manager, coordinators and teachers, as students and family.

Key Word: School organization; Pedagogic alwork; COVID-19 pandemic.

Introdução

No ano de 2020 o mundo foi surpreendido pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Os impactos são imensuráveis em todo o planeta e diversos setores da sociedade têm sido afetados, dentre eles o econômico, o político, o da saúde e, especialmente, o da educação. Com relação a esse último, de uma hora para outra a

organização escolar sofreu uma mudança abrupta da realidade tradicionalmente instalada nas escolas e todos os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem precisaram se adequar à nova realidade para que o ano letivo prosseguisse da melhor forma possível, ainda que para isso não tivessem formação adequada.

O ensino remoto foi a alternativa encontrada pelos governantes (governadores, secretários e prefeitos) para continuar o ensino de mais de 36 milhões de alunos matriculados no ensino básico no Brasil, de acordo com os resultados preliminares do Censo Escolar 2020 (redes estaduais e municipais). O uso do celular, que até então, era proibido em sala de aula, tornou-se indispensável para a comunicação entre professores e alunos, e, assim, ferramenta metodológica de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, o presente artigo visa a apresentar a organização do trabalho pedagógico demandada pela realidade da pandemia de COVID-19 em um Centro de Ensino em Período Integral (CEPI) do estado de Goiás. Para tanto, buscou-se compreender acerca da organização da escola de forma ampla, a fim de conhecer sua estrutura e sua gestão educacional, analisar as mudanças exigidas pela nova realidade relacionando-as com a formação do professor e a organização do trabalho pedagógico, bem como investigar os novos papéis desempenhados pelos atores do processo educacional.

1 Organização da escola

A escola é uma instituição social e se constitui em uma organização sistematizada, que precisa da contribuição de vários profissionais especializados para assegurar o cumprimento de sua função: a formação do aluno. De acordo com Libâneo, Tochi & Oliveira (2013, p. 300), a escola tem por objetivo “o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos, para tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem”, ou seja, todas as instâncias que compõem a escola devem trabalhar sistematicamente com o objetivo de formar o aluno para a vida em sociedade, tornando-o cidadão crítico, reflexivo, capaz de analisar, atuar e transformar o meio em que vive, assim como estar preparado para o mercado de trabalho.

No mesmo sentido, Pimenta (1993) ressalta que a finalidade da escola é

[...] possibilitar que os alunos adquiram os conhecimentos da ciência e da tecnologia, desenvolvam as habilidades para operá-los, revê-los, transformá-los e redirecioná-los em sociedade e as atividades sociais – cooperação, solidariedade, ética –, tendo como horizonte colocar os avanços da civilização a serviço da humanização da sociedade. (PIMENTA, 1993, p. 79).

Para garantir o bom funcionamento da instituição escolar, é fundamental que a organização e a gestão formem o conjunto de condições e meios essenciais para o cumprimento dos objetivos esperados. Esse conjunto refere-se às regras, orientações, estrutura organizacional, ações e processos que sustentam a racionalização do emprego de recursos humanos, financeiros, materiais e intelectuais, bem como a coordenação e acompanhamento do trabalho das pessoas. Portanto, representam a necessidade de a instituição escolar utilizar as condições e os meios para o cumprimento de seus objetivos específicos, que visam, segundo Libâneo, Tochi & Oliveira (2013),

- a) prover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula;
- b) promover o envolvimento das pessoas no trabalho, por meio da participação, e fazer a avaliação e o acompanhamento dessa participação.
- c) garantir a realização da aprendizagem para todos os alunos. (LIBÂNEO, TOCHI & OLIVEIRA, 2013, p. 294).

Sendo assim, toda instituição escolar precisa de uma estrutura organizacional interna, normalmente prevista no Regimento Escolar ou em legislação específica estadual ou municipal que objetivam a finalidade do ensino, visando à qualidade dos processos de ensino e aprendizagem que, por meio de metodologias pedagógico-didáticas, oportunizem melhores resultados de aprendizagem.

Portanto, uma escola bem estruturada e administrada é aquela que proporciona e garante condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas que viabilizem o bom desempenho dos professores em sala de aula, de forma que todos os seus alunos sejam bem-sucedidos em suas aprendizagens (LIBÂNEO, TOCHI & OLIVEIRA 2013).

Toda a instituição escolar necessita de uma estrutura de organização interna, geralmente prevista no Regimento Escolar ou em legislação específica estadual ou municipal. O termo estrutura tem aqui o sentido de ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de um todo, no caso a escola. (LIBÂNEO, 2001, p. 4).

As unidades básicas que compõem essa estrutura organizacional da escola, ainda segundo Libâneo (2001), são apresentadas no seguinte organograma:

Imagem 01 – Estrutura organizacional de uma escola: Organograma Básico de Escolas



Fonte: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

Antes de discutirmos cada estrutura desse organograma, discorreremos sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e seu papel na escola. O PPP é o documento norteador da instituição de ensino e reflete a sua proposta educacional. É a identidade da escola e nele são indicados os caminhos a serem percorridos com o intuito de promover um ensino de qualidade. O documento é construído por toda a comunidade escolar (professores, alunos, grupo gestor, pais e funcionários) e abrange o conjunto das diretrizes, metas e métodos adotados pela escola para atingir os objetivos propostos. Sua finalidade é a de respaldar, o mais democraticamente possível, as ações administrativas e pedagógicas da escola.

O PPP é único para cada escola, uma vez que as instituições de ensino são compostas por funcionários, alunos e professores diferentes, assim como funcionam de acordo com uma determinada realidade. Não teria sentido todas as escolas possuírem o mesmo documento. Por isso, ele é considerado mutável, ou seja, modifica-se de escola para escola, bem como ano para ano ou, às vezes, no mesmo ano. O projeto nunca está pronto, mas sempre em construção.

O projeto político-pedagógico ganha consistência e solidez à medida que vai captando sistematicamente a realidade na qual se insere. Daí ser a realização contínua de diagnósticos dessa realidade um instrumental importantíssimo nessa construção. Diagnóstico aberto, que não se cristaliza e que não se encerra na constatação da realidade, mas que a lê e a interpreta – o que supõe conhecimento / posicionamento teórico / prático da equipe. Esse trabalho com o diagnóstico – os dados – será definidor / redefinidor do conteúdo / forma do projeto político-pedagógico da Escola. (PIMENTA, 1993, pp. 79-80).

Assim, o projeto político-pedagógico respeita o já estabelecido – legislação, currículos, conteúdos, métodos, formas organizativas da escola e outros, no entanto também estabelece algo. Cabe à equipe de profissionais da escola a criação, a reformulação da unidade escolar, dos objetivos e das metas, tornando-as mais ligadas aos seus próprios interesses e aos da comunidade.

Basicamente, o PPP é dividido em três dimensões: a dimensão pedagógica, a administrativa e a financeira. No que se refere à dimensão pedagógica, ela visa estabelecer ações e projetos direcionados a facilitar o processo de ensino, reunindo teoria e prática, bem como desenvolver habilidades e competências, conduzindo o educando rumo a uma formação integral (corpo, intelecto, espírito e emoção). Já a dimensão administrativa se caracteriza por definir ações conjuntas com a participação de todos, visando elaborar e gerir seus planos, programas e projetos, contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem. Por fim, a dimensão financeira refere-se à existência e à utilização de recursos financeiros capazes de dar à instituição educativa condição de funcionamento efetivo (VEIGA, 2000).

Em vista disso, ao estudarmos o PPP, percebemos que ele influencia diretamente na organização do trabalho pedagógico e, conseqüentemente, em todos os segmentos da escola, uma vez que o documento é o respaldo legal da instituição e contém seus objetivos, prioridades e ações educativas, dando direção à gestão escolar. Entretanto, o PPP também é influenciado pela comunidade escolar, visto que é construído de acordo com os anseios e desejos das pessoas que a constituem. Por isso, o documento nunca está pronto, pois sempre ocorrerão mudanças na escola, seja de funcionários, professores e alunos, assim como de metodologias, perspectivas e objetivos. Concluímos que a construção do PPP de forma coletiva, com a participação de todos os integrantes da unidade escolar, reflete o desejo de “tirar do papel” e trazer para a prática a gestão democrática, conceito que, infelizmente, muitas escolas ainda não internalizaram.

Já com relação ao organograma defendido por Libâneo (2001), o conselho escolar, a direção, a equipe técnico-administrativa, a equipe pedagógica e o corpo docente são parte integrante da organização escolar. Desses setores, o Conselho Escolar ou Colegiado, composto por representantes de todos os segmentos da escola – professores, diretor, alunos, pais e funcionários –, tem o objetivo de democratizar as relações de poder existentes no ambiente escolar, proporcionando uma gestão cada vez mais democrática e participativa.

Libâneo, Tochi & Oliveira (2013, p. 4) afirmam que “O Conselho de Escola tem atribuições consultivas, deliberativas e fiscais em questões definidas na legislação estadual ou municipal e no Regimento Escolar. Essas questões, geralmente, envolvem aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros”. Dessa forma, o Conselho Escolar se torna um meio democrático de participação dos diversos segmentos da escola, tornando-se de fundamental relevância para a transformação da educação brasileira.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC), o Conselho Escolar “é uma entidade autônoma, sem fins lucrativos, instituído por prazo indeterminado, para funcionar como órgão pedagógico, consultivo, deliberativo, fiscalizador e de mobilização”, e tem por finalidade

promover a dinamização e a autonomia da unidade educacional, garantindo a efetiva participação de todos os segmentos da comunidade escolar e também da comunidade local nas decisões relacionadas aos eixos pedagógico, administrativo, financeiro e relacional, visando o seu aperfeiçoamento. (SEDUC, 2020).

Em nosso estado, o Conselho Escolar é constituído por um número ímpar de conselheiros com a seguinte configuração:

7 (sete) representantes da unidade educacional, sendo o diretor, o vice-diretor, o secretário, 2 (dois) representantes do segmento de professores efetivos e modulados na unidade educacional, 2 (dois) representantes do segmento dos agentes administrativos educacionais efetivos e modulados na unidade educacional; 8 (oito) representantes da comunidade local, sendo 3 (três) representantes dos alunos matriculados na unidade educacional e frequentes, 4 (quatro) representantes dos pais que tenham filhos matriculados na unidade educacional e frequentes e 1 (um) representante da comunidade local, indicado pela comunidade escolar. (SEDUC, 2020).

Dessa forma, o Conselho Escolar é a ligação entre escola, família e comunidade, objetivando atender as necessidades desses segmentos. É primordial que cada escola estruture o seu Conselho e construa em equipe um ambiente participativo e empenhado com o sucesso da educação, promovendo a democracia e desenvolvendo, especialmente, no educando, a cidadania e o protagonismo, oportunizando a verdadeira mudança social.

A direção é representada pelo diretor, o qual é o profissional responsável pela administração da escola. Ele mobiliza e coloca em ação todas as funções de gestão (planejamento, organização e controle) para cumprir o objetivo da escola: o processo

de ensino-aprendizagem. Ser diretor demanda o cumprimento de várias atividades de alta complexidade, tais como liderança, motivação, comunicação, gestão de pessoas, entendimento da cultura organizacional da escola e manutenção de um clima organizacional propício ao processo de ensino-aprendizagem.

O diretor coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola, auxiliado pelos demais componentes do corpo de especialistas e de técnico-administrativos, atendendo às leis, regulamentos e determinações dos órgãos superiores do sistema de ensino e às decisões no âmbito da escola e pela comunidade. (LIBÂNEO, TOCHI & OLIVEIRA, 2013, p. 5).

A função do diretor de escola não é simples, sequer fácil. No entanto, não cabe a ele a função de chefe, mas de líder. O exercício de sua função requer autoridade democrática e responsabilidade para dirigir e coordenar as medidas tomadas coletivamente. Afinal, responde socialmente pela gestão. Sua atuação deve demonstrar seu papel como articulador junto à comunidade escolar, conhecendo a realidade do contexto em que está inserido, bem como as necessidades de sua equipe (AMARAL, BUECKE & OCTAVIANI *et al.*, 2017).

Já a equipe técnico-administrativa, segundo Libâneo, Tochi & Oliveira (2013), atende pelas atividades que garantem o atendimento dos objetivos e funções da escola. São elas: Secretaria Escolar; Zeladoria; Vigilância; Multimeios. A multimeios compreende a biblioteca, os laboratórios, os equipamentos audiovisuais, a videoteca e outros recursos didáticos.

A equipe pedagógica, representada pelo coordenador pedagógico, tem papel significativo no processo educativo, uma vez que atua como articuladora do trabalho em conjunto com todos os professores, auxiliando no aperfeiçoamento das aulas e contribuindo para o melhor desempenho dos alunos.

O coordenador pedagógico, portanto, atua na direção de promover junto aos professores a definição dos conteúdos curriculares e as melhores estratégias de ensino-aprendizagem, refletindo sobre os objetivos, metodologias, práticas, avaliações, o que se desdobra em ações que permitem que a escola alcance seus objetivos gerais e específicos. É por isso que a sua função não é ser uma figura fiscalizadora da equipe de professores. Ao contrário, cabe a ele um trabalho de parceria e de formação desses profissionais, com ações de desenvolvimento e suporte, tanto prático como teórico. (AMARAL, BUECKE & OCTAVIANI *et al.*, 2017, p. 87).

A atribuição prioritária do coordenador pedagógico é prestar assistência didática aos professores em suas respectivas disciplinas. Mas, além disso, também

atuar no relacionamento com os pais e a comunidade, especialmente no que se refere ao funcionamento pedagógico-curricular e didático da escola e comunicação e interpretação da avaliação dos alunos (LIBÂNEO, 2017).

Algumas instituições de ensino possuem a função de orientador educacional, profissional que cuida do atendimento e do acompanhamento escolar dos alunos e, também, do relacionamento escola-pais-comunidade.

O Corpo Docente é formado pela equipe de professores em exercício na escola, que tem papel importante no cumprimento do principal objetivo da escola, o ensino. Sendo assim, todos os professores, juntamente com a direção e os especialistas, compõem a equipe escolar.

De acordo com Reeder (citado por Luck, 2008, p. 13), basicamente, o papel do professor consiste em auxiliar o aluno a aprender em todos os sentidos, ou seja, na apropriação e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes, valores, ideais ou qualquer tipo de aprendizagem ainda não desenvolvida e julgada relevante e fundamental para o aluno tanto pessoal como socialmente.

O exercício profissional do professor compreende, ao menos, três atribuições: a docência, a atuação na organização e na gestão da escola e a produção de conhecimento pedagógico. Como docente, necessita de preparo profissional específico para ensinar conteúdos, dar acompanhamento individual aos alunos e proceder à avaliação da aprendizagem, gerir a sala de aula, ensinar valores, atitudes e normas de convivência social e coletiva. Necessita, também, desenvolver conhecimentos e pontos de vista sobre questões pedagógicas relevantes, como elaboração do projeto político-pedagógico e de plano de ensino, formas de organização curricular, critérios de formação das classes etc. (LIBÂNEO, TOCHI & OLIVEIRA, 2013, pp. 310-311).

Sendo assim, o professor é a figura-chave do processo de ensino-aprendizagem, pois o seu papel é de agente de educação integral, ou seja, visa à eficácia do processo educativo por meio da aprendizagem e desenvolvimento completo do aluno. Segundo Luck (2008), é a qualidade do relacionamento professor-aluno que torna o processo educativo e a escola significativos para o educando, e não outras particularidades.

2 As mudanças da organização do trabalho pedagógico durante o ensino remoto

Para Villas Boas & Freitas (citado por Almeida, 2012, p. 74), o trabalho pedagógico, em sentido amplo, é entendido como um trabalho efetivo desenvolvido por todos os profissionais que atuam na escola, e é o pensamento e a ação que perpassam o Projeto Político Pedagógico – PPP. Em sentido estrito, é o desenvolvido

pelo professor e seus alunos em sala de aula. É primordial entender que ambos os trabalhos se completam, um faz parte do outro e que as inferências de um podem influenciar o outro. Em meio à pandemia de COVID-19, houve a necessidade de a escola reorganizar o trabalho pedagógico a fim de atender às necessidades de cada aluno e essa tarefa foi árdua, pois as resistências ao uso das tecnologias eram muitas, tanto do gestor, coordenadores e professores, quanto de alunos e família.

O primeiro impasse se deu no que se refere ao uso do celular em sala de aula, pois, conforme a Lei nº 16.993 do Governo do Estado de Goiás, de 10 de maio de 2010, em seu artigo 1º, “fica proibido o uso de telefone celular na sala de aula da rede pública estadual de ensino”. Sendo assim, o seu uso na escola era restrito e o domínio de aplicativos e softwares educacionais era escasso, por isso alunos e professores não possuíam familiaridade com essa tecnologia. Em contrapartida, no mesmo ano, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, de 13 de julho de 2010, preveem o uso pedagógico das Tecnologias Digitais da Informação Comunicação (TDIC) e sua inserção no currículo, uma vez que promovem a inclusão dos alunos na cultura digital. Essa ambiguidade sofreu uma ruptura nesse ano, uma vez que o ensino presencial foi transferido para o ensino remoto emergencial e as tecnologias digitais se tornaram fundamentais para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem.

Durante muito tempo a tecnologia não fez parte efetiva da formação dos professores nem das salas de aula da educação básica da rede escolar pública. Essa “negação” ao uso da tecnologia dentro da sala de aula, como demonstrado na Lei 16.993/2010, durante o ensino remoto está dificultando a produção de aulas e de materiais.

Segundo Trautwein & Santos (2020), o ensino remoto emergencial não pode ser confundido com o EAD (Educação à Distância).

Neste momento de pandemia, as ferramentas tecnológicas contribuem para a continuidade do aprendizado e a possibilidade de interação com os professores, mas não podemos classificar essa interação como EAD, pois não há um planejamento integrado dos materiais e existe uma tentativa de se manter, pelo menos parte, o horário de estudos presenciais, seja com interações ao vivo ou aulas gravadas. Esta modalidade está sendo chamada de Ensino Remoto, pois mantém características e planejamento similar ao do ensino presencial, porém acontece de forma remota. Por se tratar de uma mudança sem preparação prévia, considera-se então esse Ensino Remoto como emergencial. (TRAUTWEIN & SANTOS, 2020, pp. 129-130).

Portanto, pode-se supor que o ensino remoto emergencial pode fornecer à comunidade escolar novas visões sobre a escola do futuro, na qual as aulas tradicionais e a transmissão dos conteúdos não serão mais práticas comuns. O mais importante é o aluno e o processo pelo qual ele aprenda de forma mais significativa e relevante (TRAUTWEIN & SANTOS, 2020).

O segundo impasse se deu com relação à formação dos profissionais da educação, uma vez que muitos professores não possuíam domínio das tecnologias e, então, se fizeram necessárias discussões pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem, objetivando à formação do professor com competências e habilidades para reestruturação do seu planejamento em tempos de pandemia (MACHADO, 2020).

A mesma autora complementa que

[...] as instituições de ensino tiveram que passar por mudanças em suas práticas pedagógicas na tentativa de aproximarem das demandas da realidade social e também motivando docentes e discentes a articular novas redes de conhecimento. Essas redes de conhecimento são ligadas à modalidade de ensino desenvolvidas em tempos e espaços diferentes. É importante retomar isso em contextos como o atual, em situação de pandemia, mas utilizando novas práticas e didáticas em tempos que o ensino presencial não se faz possível. (MACHADO, 2020, p. 99).

A existência das tecnologias nas escolas tem gerado inúmeros questionamentos, desafios e reflexões, por parte dos profissionais que nelas atuam, quanto à necessidade de se repensar a organização e as salas de aula do trabalho docente, bem como outros espaços escolares e não escolares que elas atendem. A gestão precisa conhecer as necessidades dos professores, pois grande parte deles não teve a oportunidade de conhecê-las e utilizá-las na formação acadêmica, fragilizando o exercício das funções docentes para se adaptarem a essa sociedade cada vez mais digital (ALMEIDA, 2012).

Sendo assim, nessa nova realidade educacional, os professores refizeram suas aulas, replanejaram e reinventaram o seu fazer pedagógico para continuar o andamento do ano letivo. As aulas e atividades, agora, são realizadas por meio de plataformas virtuais e meios digitais. Os alunos desenvolvem competências e habilidades no contexto de suas residências, tendo o acesso ao conhecimento por meio das tecnologias de informação e comunicação. O que queremos discutir no próximo tópico é exatamente como essa realidade do ensino remoto se refletiu na

organização escolar e qual a importância do gestor e de toda a equipe pedagógica para o desenvolvimento da educação básica no ano de 2020.

Nesse ano a escola deixou seu espaço físico e assumiu os espaços virtuais e/ou as casas dos alunos. O ensino remoto exigiu da escola uma mudança na sua organização, já que agora as reuniões, conselho de classe e as aulas são todas virtuais. Porém, em alguns lugares, os alunos não têm acesso ao mundo virtual, surgindo daí uma nova necessidade de organizar a escola a fim de atender esses alunos sem acesso à internet.

Nessa nova realidade, as escolas deveriam se reorganizar para atender as necessidades escolares impostas pelo isolamento social durante a pandemia. Nesse sentido, como pensar a organização escolar? A escola de educação básica sempre foi pensada para um espaço físico com o contato direto de várias pessoas que integravam os diferentes setores organizacionais. Agora o diretor, o coordenador pedagógico, a equipe administrativa, os docentes e os pais precisam assumir novas atribuições. O que será relatado no próximo tópico é um estudo de caso sobre as atribuições dos profissionais envolvidos na organização da escola durante o ensino remoto. E como a escola e os sistemas públicos de educação estão lidando com as demandas dessa forma de ensino.

3 Os novos papéis desempenhados pelos professores, coordenadores, diretores, pais e alunos dentro da realidade da pandemia de COVID-19

A seguir são apresentadas algumas experiências vivenciadas por uma professora de um Centro de Ensino em Período Integral (CEPI) do estado de Goiás com relação à mudança na organização escolar ocasionada pela pandemia de COVID-19 e o REANP (Regime Especial de Aulas Não Presenciais), bem como às iniciativas relativas à formação dos professores para atender a essa nova realidade.

Inicialmente, no dia 18 de março de 2020, ao receber a confirmação da notícia da suspensão das aulas, houve um sentimento geral de incerteza e insegurança na comunidade escolar. Professores sem saber como seriam as aulas, alunos perguntando quanto tempo duraria o isolamento, pais ligando na escola procurando mais esclarecimentos, coordenadores criando grupos de WhatsApp das turmas, diretora buscando informações junto à Coordenadoria Regional de Educação (CRE). Um verdadeiro caos!

A primeira mudança ocorrida foi com relação às atribuições dos gestores das unidades escolares para a execução do REANP, que, de acordo com o Artigo 3º da Resolução 02/2020 (GOIÁS), são:

I – Planejar e elaborar, com a colaboração do corpo docente, as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período supracitado, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos alunos e/ou familiares.

II – Divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar.

III – Preparar material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidades de execução e compartilhamento, como: vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais e correio eletrônico.

IV – Zelar pelo registro da frequência dos alunos, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas.

V – Organizar avaliações dos conteúdos ministrados durante o regime especial de aulas não presenciais, para serem aplicadas na ocasião do retorno às aulas presenciais.

Em seguida, a coordenadora pedagógica recebeu diversas orientações da CRE acerca do REANP para os centros de ensino integral e repassou aos professores nos momentos formativos por meio da plataforma digital Teams. Algumas orientações foram: disponibilizar materiais de estudo e atividades pedagógicas de todos os componentes curriculares; analisar, planejar e sistematizar um Plano de Ação, contendo o cronograma de aulas, contemplando a Matriz Curricular, os conteúdos previstos e as metodologias adotadas; divulgar, a toda a comunidade escolar, as estratégias de atendimento aos estudantes e a necessidade de realização das atividades; definir estratégias de registro das atividades realizadas pelos estudantes e das datas de realização e entrega das atividades, para fim de registro de frequência dos professores e estudantes; preparar materiais específicos, tais como: vídeoaulas, conteúdos organizados, disponíveis por meio de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais e correio eletrônico, entre outros.

Outra mudança impactante foi a transferência do processo de ensino e aprendizagem da sala de aula física, presencial, para a sala de aula digital, virtual, e, mesmo assim, para conseguirmos atender as necessidades dos alunos, nós, professores, precisamos nos reinventar, uma vez que não estávamos preparados para as aulas não presenciais e não dominávamos suficientemente as tecnologias educacionais. Sendo assim, necessitamos buscar ferramentas tecnológicas que proporcionassem a interação professor/aluno/turma e que, ao mesmo tempo, atendessem os objetivos propostos nos planejamentos.

O papel do professor continuou sendo o mesmo: a formação do aluno. No entanto, o processo mudou, o planejamento mudou, as metodologias mudaram e a avaliação também. Precisamos repensar a forma de abordar os conteúdos, a quantidade de exercícios, refletir sobre: “Será que o aluno vai conseguir fazer sem a minha ajuda presencial?” Esse e muitos outros questionamentos pairavam em nossas cabeças. No entanto, tínhamos que continuar com o nosso trabalho e, para possibilitar a interação virtual dos estudantes com a aprendizagem, utilizamos diversas ferramentas tecnológicas, tais como: Whatsapp, Google Classroom, Youtube, Google Meet, ZOOM, Teams, Google Forms, Kahoot, Portal NetEscola, Jogos Educativos Online, entre outros.

Os professores desempenham diferentes funções no ensino remoto, devendo comparecer online em uma plataforma específica na data e horário definidos pela coordenadora (horário das aulas), ou planejar e organizar a gravação de vídeos explicativos, muitas vezes com recursos próprios. Para qualquer necessidade de esclarecimento, interação, dúvidas e disponibilização de conteúdo, é necessário ficar online por meio de chat, reunião, e-mail ou WhatsApp. Nesse cenário, o professor teve que se preparar, usar plataformas digitais para treinar e tentar estimular os alunos a assistir às aulas, e tudo isso de um dia para o outro. Seu planejamento começou a acontecer de forma diferente do usual, e a busca por novas ferramentas e estratégias de ensino tornou-se constante. Para isso, as plataformas disponibilizaram diversas ferramentas e estratégias de ensino, por exemplo, compartilhamento de vídeos, questionários, quizz, chats para interação em tempo real com seus alunos, entre outros (TRAUTWEIN & SANTOS, 2020).

Por ser um centro de ensino em período integral, composto por dois núcleos, o Núcleo Comum e o Núcleo Diversificado, esse último composto pelos componentes curriculares: Protagonismo Juvenil, Iniciação Científica, Estudo Orientado I, Estudo Orientado II e Eletiva, também foi solicitado trabalhar de forma articulada com as competências e habilidades do Núcleo Comum a fim de possibilitar aos estudantes a ampliação e o enriquecimento das aprendizagens, da mesma forma que acontecia no ensino presencial.

Os alunos, atores principais no processo de aprendizagem, também precisaram “aprender a aprender”, ou seja, precisaram amadurecer e adotar hábitos de estudo a fim de continuar desenvolvendo competências e habilidades, assim adquirindo novos conhecimentos. E, se as dificuldades enfrentadas em sala de aula não bastavam, agora, de modo geral, as famílias e os alunos precisaram se adaptar a

novos métodos de salas de aula remotas. No passado, as tecnologias eram vistas no ambiente escolar como meio de dispersão dos alunos, agora são a forma como a maioria das pessoas se comunica, ou seja, a relação educacional passou por mudanças fundamentais. Todos precisam se atualizar, sem exceção.

Considerações Finais

A partir da nova situação imposta pelo isolamento social devido à pandemia de COVID 19, a realidade escolar se revelou expondo todas as dificuldades e diferenças sociais dentro e fora da escola. Assim, foi exposta a dificuldade dos professores que não trabalhavam com as tecnologias no dia a dia e também não aprenderam durante sua formação a utilizá-las no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Santos (2020), a pandemia cumpre um papel discriminatório, assim como o currículo tradicional, porém ela cria uma ilusão de união planetária democrática.

Sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas, mesmo assim, cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo. A tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos. É uma estranha comunhão de destinos. (SANTOS, 2020, p. 7).

A pandemia está instaurada, o melhor a fazermos é seguir as orientações de enfrentamento ao contágio da Covid-19. A crise na educação está posta, e repensar a função da escola nunca foi tão necessária. Pessoas perdem seus entes queridos, a incerteza de futuro é angustiante. A suspensão das aulas tem sido mais difícil para alguns que necessitam trabalhar e não conseguem auxiliar os filhos nas atividades diárias, e é preciso compreender essa situação. As previsões são pouco favoráveis, mas, ainda assim, nós professores perseveramos e acreditamos que só por meio da educação conseguiremos um mundo melhor, em que não haja nenhum tipo de discriminação e segregação dos menos favorecidos.

Nessa esteira, repensar os aspectos importantes para compor um novo currículo e uma nova forma de organização escolar é crucial para a construção do conhecimento. O uso de tecnologias não é algo novo, porém nunca, na educação, lhe foi dada a importância necessária. O investimento em formação continuada necessita ser mais robusto. Acreditamos que de agora em diante, caso haja aplicação de recursos na educação, que está carente de qualidade, a utilização das mídias se fará presente, pois seu uso adequado facilita o ensino e a aprendizagem.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. E. & BORGES, M. A. F. & FRANÇA, G. (2012). O uso das tecnologias móveis na escola: uma nova forma de organização do trabalho pedagógico. In: *XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, ENDIPE – 23 a 26 de julho de 2012*, FE/UNICAMP, Campinas.
- AMARAL, R. B. S. & BUECKE, J. E. O. & OCTAVIANI, M. I. C. *et al.* (2017). *Fundamentos da gestão educacional e coordenação pedagógica*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2010.
- GOIÁS. *Lei nº 16.993*, de 10 de maio de 2010. Dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino. Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia, GO, v. 173, n. 20.860, 14 de maio de 2010.
- GOIÁS. Secretaria-Geral da Governadoria. Resolução 02/2020, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação do COVID-19.
- GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Conselho Escolar.
- LIBÂNEO, J. C. (2001). *Organização e Gestão da Escola - teoria e prática*. 4ª ed. Goiânia: Alternativa.
- LIBÂNEO, J. C. & TOCHI, M. S. & OLIVEIRA, J. F. (2013). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10ª ed. São Paulo: Cortez.
- LUCK, H. (2008). *Ação Integrada: Administração, Supervisão e Orientação Educacional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MACHADO, A. B. (2020). Revisão sistemática: educação em tempos de COVID-19. In: *Educação em Tempos de COVID-19: desafios e possibilidades*, v. 1 (p. 98-112). Curitiba: Bagai.
- PIMENTA, S. G. (1993). *Questões sobre a organização do trabalho na escola*. Série Ideias nº 16, (p. 98-112). São Paulo: FDE.
- SANTOS, B. S. (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- TRAUTWEIN, M. M. & SANTOS, M. A. (2020). Ensino remoto emergencial – o desafio docente. In: *Educação em Tempos de COVID-19: desafios e possibilidades*, v. 1, (p. 127-138). Curitiba: Bagai.
- VEIGA, I. P. A. (2000). *Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível*. (10ª edição). Campinas, SP: Editora Papirus.
- VEIGA, I.P.A. (2001). Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (Org.). *Dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola*. Campinas, SP: Editora Papirus.